

João José Reis e seus métodos: leituras possíveis de algumas explicações sobre populações negras da Salvador do século XIX

João José Reis and his methods: possible readings that some explanations about black populations of 19th century in Salvador

Daniel da Silva Klein*

Resumo: Esse artigo é um conjunto de propostas metodológicas para a grande área da Teoria da História, trazendo leituras possíveis de obras selecionadas do historiador João José Reis, que se dedica aos estudos das populações negras de Salvador no século XIX. O objetivo é fundamentar a ideia de que, a partir desse autor, podemos entender as noções de experiência social, sociabilidade, cotidiano, temporalidades e classe para que sejam compreendidas de maneira mais aberta, com múltiplas determinações, dedicando atenção especial aos indivíduos e suas intencionalidades. A investigação privilegiou um enfoque bibliográfico, levantando alguns livros do autor, artigos complementares e trabalhos que agora dialogam ou criticam as posições por ele defendidas. Em um primeiro momento busca-se discutir as relações envolvendo experiência e sociabilidade, enfocando-se as questões que articulam indivíduo e sociedade. A seguir discute-se o foco das temporalidades possíveis e o cotidiano das pessoas, principalmente como esse debate pode caminhar para avaliações indeterminadas, mas ao mesmo tempo sem relativizações. Por fim, apontam-se algumas possibilidades a respeito da compreensão de classe em Reis, privilegiando-se o caráter construtivista do termo.

Palavras chave: Teoria da História; João José Reis; determinações; indivíduos.

Abstract: This article is a set of methodological proposals for the great area to History Theory, bringing possible readings of selected works by the historian João José Reis, who is dedicated to the studies of the black populations of Salvador in the 19th century. The objective is to substantiate the idea that, from

* Graduado em História (2006) e mestre em Letras (2010). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013). Docente da cadeira de Estudos em História pela Universidade Federal do Acre desde 2009.

this author, we can understand the notions of social experience, sociability, daily life, temporalities and class so that they are understood more openly, with multiple determinations, dedicating special attention to individuals and the intentions. The research privileges a bibliographic approach, raising some books of the author, complementary articles and works that dialogue or criticize the positions defended by him. At first, it seeks to discuss involving experience and sociability, focusing on the issues that articulate individual and society. The following discusses the focus on possible temporalities and people's daily lives, especially how this debate can move towards indeterminate assessments, but at the same time without relativizations. Finally, some possibilities are pointed out regarding the comprehension of class in Reis, privileging the constructivist character of the term.

Keywords: History of Theory; João José Reis; determinations; individuals.

Introdução.

A obra de João José Reis é vasta e consolidada, possuindo uma importância reconhecida nas mais diversas latitudes e longitudes. Objetiva-se elaborar uma contextualização de certas leituras possíveis a partir de alguns livros desse historiador, enfocando neles uma regra: de que a historiografia deve caminhar sempre para propostas de abertura metodológica, interpretativa e cunhagem de termos que não sejam fechados.

Nesse sentido, defende-se a tese de que Reis é um autor de referência para a teoria da história, porque os termos que cunhou ao longo de seus artigos, ensaios e livros podem ser utilizados, traduzidos e retrabalhados em vários temas, contextos e abordagens das pesquisas históricas. Não seria possível investigar o quão amplo é esse referencial, por isso o foco aqui recai com brevidade sobre os termos experiência, sociabilidade, temporalidade e classe.

Assim, experiência individual e sociabilidade coletiva vão aparecer na investigação como esferas de atividade interconectadas e multideterminadas. Os tempos cotidianos, breves, serão articulados com os mais amplos, demorados, pressupondo que eles são parte de um mesmo complexo temporal. Por fim, a classe, entendida a partir de seu caráter relacional, sendo um espaço de interação

entre pessoas dotadas de intenções e racionalidades particulares, mas que se articulam de maneira globalizante.

Entre esses três eixos, entendemos, não existem diferenças qualitativas ou vias determinantes unívocas. Essa compreensão não necessariamente está presente nos trabalhos de Reis aqui levantados, mas é possível que sejam lidos dessa forma e, assim, podem contribuir para o alargamento das capacidades interpretativas das teorias historiográficas contemporâneas. Quanto aos textos escolhidos, privilegiaram-se aqueles que receberam do autor um processo continuado de releitura ancorada em forte pesquisa documental, ou seja, são trabalhos oriundos de muitos e longos anos de idas e vindas a arquivos, bibliotecas, livrarias, museus, universidades, editoras, pareceres, etc¹.

Em ordem cronológica, temos o *Domingos Sodré*, publicado em 2008 e que faz um mister entre biografia e história social do candomblé no Recôncavo Baiano e em Salvador no século XIX. Pelo meio há explicações sobre a sociedade e trabalho escravo, o que não deixa de ser um exercício de microhistória, tal como Giovanni Levi fez com *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* (LEVI, 2001). Do jeito que esse livro se apresenta fica difícil dizer se ele é microhistória ou história social, aliás, estabelecer essa fronteira com cancelas rígidas que impeçam o movimento para lá e para cá é algo quase impossível com Reis².

O cerne da pesquisa para esse extenso trabalho havia sido publicado em formato de artigo na revista *Afro-Ásia* dois anos antes com um nome um pouco diferente, *Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista* (REIS, 2006). O artigo já era grande demais para um produto desse tipo, tendo mais de setenta e cinco páginas, apresentando um volume de dados que, de fato, estavam pedindo uma análise mais demorada.

Adiante temos o *Rebelião escrava no Brasil*, que mesmo estando no meio do caminho aqui é a peça mais antiga desse conjunto de escritos analisados. Publicado originalmente pela editora Brasiliense em 1986, tinha quase trezentas páginas então. Depois foi sensivelmente retrabalhado, mais que duplicando o seu

¹ O livro *Negociação e conflito*, inserido no artigo, é, por sua vez, uma análise de cunho mais teórico de seus autores.

² Algumas informações que não estão listadas em notas bibliográficas foram extraídas do Currículo Lattes de João José Reis, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1969687480215585>. Acessado em 26/11/2019.

tamanho e tendo duas outras edições pela Companhia das Letras, chegando ao seu formato final em 2012 (será que foi finalizado? Acreditamos fortemente que não). Ele esmiuçou a rebelião dos Malês na cidade de Salvador em 1835, fazendo uma análise que conseguiu demonstrar seu fôlego inesgotável em articular as redes de conexões entre rebeldes, seus contextos sociais, políticos, culturais, locais e globais. Um monumento (REIS, 2012).

Em meio às pesquisas de nosso historiógrafo é fácil saber de onde vem essa pesquisa movente, porque seu corpo principal é oriundo de seu doutoramento em 1982 junto a Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos. Nos seus artigos aparece um *O rol dos culpados: notas sobre um documento da rebelião de 1835*, lançado em 1985 nos Anais do Arquivo Público da Bahia³, daí vem *O levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política*, que saiu em 1987 pela revista Estudos Econômicos e outro *Resistência escrava no Brasil: Bahia, 1807-1835*, de 1989 na Luso-Brazilian Review e depois sabe-se lá quantas outras pesquisas foram sendo incorporadas nesse livro porque falou de quilombos, carestia, tráfico transatlântico e muitos assuntos correlatos (REIS, 1987; REIS, 1989).

Por último, o seu *Ganhadores*, livro onde estuda simplesmente aquela que é a primeira greve brasileira e que literalmente paralisou Salvador durante alguns dias de 1857 (REIS, 2019). O livro foi sendo maturado por mais de vinte e cinco anos, porque em 1993 lançou na Revista da USP um *A greve negra de 1857*. O tema passou depois por uma investigação mais demorada no *De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição*, que saiu em 2000 também pela Afro-Ásia.

Não deixamos de fora um livro que é muito mais um manuscrito teórico do que fruto de investigações oriundas de pesquisas originais, o *Negociação e conflito* de 1989. Editado em conjunto com Eduardo Silva, trata-se de um pequeno texto onde os dois discutem algumas peculiaridades da resistência negra no Brasil escravista, principalmente no que diz respeito ao termo negociação. A obra é breve, mas suas implicações certamente que não, tendo em vista que

³ A maioria dos outros artigos estão disponíveis para download na rede, esse podemos encontrar fotografias da fonte em si em: <https://www.flickr.com/photos/bv2dejulho/6756196671/in/photostream/>. Acesso em 26/11/2019.

perpassam todos os outros livros aqui abordados e muitos mais (REIS, 1993; REIS, 2000; REIS 1989).

Ficaram de fora alguns livros que por si mesmos dariam espaço para muitos debates como *O alufá Rufino*, publicado com Marcus Carvalho e Flávio Gomes, ainda com este temos o *Liberdade por um fio* e, talvez a ausência mais sentida, *A morte é uma festa* (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010; REIS; GOMES, 1996; REIS, 1991). Seleções são, em suma, limitadas e esperamos que com o que temos seja possível estabelecer diálogos que ampliem a grande área da Teoria da História, elaborando sugestões de método que trilhem pelos caminhos das multiplicidades.

No que diz respeito a inserção de Reis em meio a historiografia que se aproxima daquilo que foi pesquisando ao longo de décadas, podemos dizer que ele é parte substancial de longos debates. Poderíamos, também, aqui situar esse trajeto com as contribuições de Gilberto Freyre nos idos da década de 1930, passando por Mario Filho nos anos 1940 ou Florestan Fernandes já em 1960, mas isso não cabe aqui. Apresentamos essa contextualização intelectual a partir de um ponto de partida diferente, usando um artigo de Ciro Flamarion Cardoso para o volume treze da revista *Estudos Econômicos* de 1983, que foi dirigida por Jacob Gorender.

O volume todo trouxe contribuições formidáveis e que dariam grande fôlego para os estudos posteriores sobre negros no Brasil, mas o texto de Cardoso elabora uma reconfiguração das teorias marxistas. Ali as questões estruturais ainda dominam, mas ele alertava para a possibilidade de que os comportamentos da população escrava pudessem questionar os dados quantitativos disponíveis (CARDOSO, 1983, p. 44).

Como lidar historiograficamente com aqueles comportamentos? Eis um dilema profundo que movimentou toda uma geração que vinha surgindo naquela década de 1980. De tantos nomes e variadas escolas, Silvia Hunold Lara pode ser considerada uma das vozes dessas escritas revigoradas, que colocaram as populações negras dentro de esquemas complexos de explicação. Seu *Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos* (LARA, 1996) é só um exemplo desse esforço. Outro que pode ser considerado um professor para muitos como Sidney Chalhoub, Leonardo Affonso de Miranda Pereira e até

mesmo do escritor focado nesse artigo, é Robert Slenes e seu *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX* (SLENES, 2011).

Esse trabalho é, no fundo, resultado de pesquisas e publicações que vinham ocorrendo desde a segunda metade da década de 1980, onde Slenes procurava dar conta desses comportamentos, sobretudo na formação de famílias escravas. Seu esforço abriu caminhos para quantificar padrões de comportamentos, ou seja, analisando em série dados sociais (SLENES, 1987). Cabe ressaltar que Slenes e Reis encontraram-se no repercutido número dezessete, da *Revista Estudos Econômicos*, lançados em três volumes.

Vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, a *Estudos Econômicos* abriu essa edição com o segundo volume tendo estudos que se debruçavam com questões de demografia escrava, vida familiar, liberdade e até mesmo uma biografia histórica. Nomes como Manolo Florentino, Peter Eisenberg e Horácio Gutiérrez publicaram naquele espaço. Slenes aparece em dois artigos, mas os trabalhos eram tantos que um número especial teve que ser criado, *Protesto Escravo*, e contava com Stuart B. Schwartz, Marcus Carvalho, Luiz Mott e João José Reis⁴. Naquele ano de 1987, eram todos jovens pesquisadores que iriam modificar, nas décadas seguintes, o cenário das produções intelectuais brasileiras. João José Reis, portanto, emerge desses tempos onde tentava-se dar conta dessas questões. Virou, portanto, uma referência.

Experiência e sociabilidade.

Quando lemos *Domingos Sodré, um sacerdote africano* (2008) percebemos que existem passagens ali que remetem a um debate travado pelo autor há pelo menos vinte anos. Isoladamente elas se adéquam ao fluxo da narrativa do texto, que é um exemplo de como se deve escrever história com a maestria de alguém que prende o leitor pela boa escrita. Nesse sentido, esse debate antigo se conecta ao *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil*

⁴ Os volumes podem ser consultados nos sites: <http://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11084>; <http://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11086>; Acessados em 17 de novembro de 2020.

escravista (1989), livro lançado no final da década de 1980 em co-autoria com Eduardo Silva e onde estão formuladas algumas questões de teoria da história que articulam experiência, redes de sociabilidade, negociação e resistência.

Quando Reis fala da trajetória de Sodré explica que ela é compreendida dentro das experiências vivenciadas pelo sacerdote africano ao longo de sua vida desde quando foi escravizado, passando pelo trabalho dentro das lavouras, sua alforria, os ritos que praticou, trocas comerciais, casamentos, etc (REIS, 2008, pp. 15-17). O termo experiência aparece como os processos vividos pelo sacerdote nesses contextos, ou seja, é uma série de aprendizados e interpretações sobre suas relações que orientaram ações nos mundos em que viveu, sendo, portanto, um dos recortes de sua individualidade. A experiência dá conta, nesse sentido, desses aspectos eminentemente pessoais da vida de Sodré por parte do analista e não podemos deixar de notar um diálogo se não direto, mas pelo menos subliminar com Walter Benjamin. Para o filósofo alemão, a experiência seria um aprendizado caracterizado por uma forte presença das trocas interpessoais, tanto que pode ser repassada de pessoa para pessoa através das conversas, narrações ou exemplos das muitas práticas laborais e narrativas (BENJAMIN, 1987, p. 199-201).

Ainda, segundo Benjamin, existiriam duas formas de experimentação por parte das pessoas: uma em que o indivíduo é alguém viajado, cosmopolita, com histórias para contar dos lugares pelos quais passou, assim como um marinheiro; e a outra é daquele que viveu sua vida junto de uma comunidade local, conhecendo as tradições do lugar onde mora tal como um camponês. Ele diz que as experiências vão indo e vindo entre esses dois tipos, se interpenetrando e multiplicando-se (BENJAMIN, 1987, pp. 198-199).

Nota-se em Benjamin uma inter-relação complexa e interdependente entre as experiências individuais das pessoas e os mundos que as rodeiam, o que vai de encontro com as proposições de Reis, porque ele articula essas instâncias quando fala das redes de sociabilidade. Observa que mesmo sendo Sodré um indivíduo com sua relativa independência, racionalidade e capaz de determinar certos aspectos da sociedade, ele mesmo é limitado por ela, recebendo de volta determinações que o fazem parte importante de suas redes sociais. Exemplo disso é como lidava com a questão da escravidão, uma dessas redes em que se inseria na medida em que entre amigos e demais agregados encontravam-se, por

exemplo, homens brancos, como o português Domingos de Oliveira Pinto. O luso era um senhor escravocrata e mantinha relações tão próximas com o sacerdote, que o permitiu que batizasse três dos seus escravos, Cosma e Damiana, em 1845, e Paulina no ano de 1847 (REIS, 2008, pp. 275-276).

As redes e as pessoas se criam mutuamente, por isso Reis deixa claro que onde há lacunas documentais a respeito da vida de Sodré partiu para os caminhos da pesquisa que falam dos mundos onde viveu, que contêm outros indivíduos que podem elucidar essas brechas. Essa elucidação se dá justamente por esse caráter interdependente presente entre essas instâncias pessoais e sociais, o que faz as redes de sociabilidade funcionarem. Nesse sentido diz que esse “método narrativo cabe em qualquer biografia, pois qualquer um vive em certo contexto, imediato ou mais amplo, do qual fazem parte outros indivíduos mais ou menos próximos” (REIS, 2008, pp. 16-17).

Se outras pessoas puderam elucidar os silêncios presentes nas fontes acerca da vida de Sodré, a verossimilhança serve, também, para ampliar propositalmente o foco de uma pesquisa. Reis alerta que os barões do Brasil Império, por exemplo, possuem uma documentação muito mais copiosa do que a relativa aos escravos ou libertos daqueles períodos. Esse enfrentamento leva a um caminho, que longe de enfraquecer o texto, o enriquece porque oferece um “guia para conhecer uma época, uma sociedade e em particular os homens e mulheres que compunham as redes de relações a que pertenciam os biografados” (REIS, 2008, p. 17).

Um historiador que tem muita proximidade com Reis e que irá aparecer por aqui mais de uma vez é Sidney Chalhoub, que também utiliza desse princípio para tratar das sociabilidades, lacunas documentais, explicações contextuais, etc. Nas histórias que contou sobre a longa escravidão ilegal brasileira das décadas de 1830 a 1880, Chalhoub encontrou relatos de resistências e negociações onde os escravos procuravam impor limites aos processos repressivos que sofriam. Não se preocupava em saber como as “cousas” realmente aconteceram, mas pensar que nas versões sobre os fatos que estudou há critérios de verossimilhança que as tornam verdadeiras como tais, porque são narrativas que falam de uma lógica social específica (CHALHOUB, 2012, p. 170).

Então essas interconexões têm um fundo, a necessária relação entre experiências pessoais e sociabilidades, que contêm verdades expressas nas lógicas históricas que ficaram marcadas nas fontes. Ao fundamentar essa relação obrigatória, é possível que Reis tenha encontrado nessa Cidade da Bahia, como era conhecida Salvador no século XIX, as fontes que dão corpo a uma resposta para um problema que persegue os historiadores há muito tempo. A pergunta é: que sentido as pessoas determinam ao social e vice-versa? Essa pergunta inquietou Carlo Ginzburg durante muito tempo e o fez abandonar um projeto que talvez o levasse às conclusões levantadas por Reis (KLEIN, 2018, pp. 19-20).

A resposta do nosso autor para essa questão é simples, mas complexa, porque as redes de sociabilidade demonstram que o social e o individual são interdependentes e não existem um sem o outro. Ele não diz que Sodré foi determinado pela sociedade e cultura da sua época, mas aderiu a ela, ou seja, escolheu onde se encaixar e essa adesão abunda na documentação como fica expressa na escolha de alguns vasos que ficavam em sua residência. Eram motivos decorativos de um “abrasileiramento”, já que não faziam parte da cultura ioruba de onde vinha e a presença desses simples vasos são fruto de uma leitura muito pessoal do sacerdote (REIS, 2008, pp. 282-283).

Assim transpomos as investigações a respeito da vida de Sodré e voltamos ao *Negociação e conflito*, que é onde se aprofunda essa questão. Ali os dois explicam que nas relações presentes entre os escravos e seus proprietários no Brasil escravista do XIX, havia um componente bastante peculiar que merece uma atenção especial dos historiadores, que são as muitas formas de negociação entre eles.

Através delas os escravos abandonavam as formas de resistência mais direta, conflituosas, e introduziam outra mais tensa, dinâmica, mas essencialmente dialogada com seus patrões para comprarem suas alforrias, melhorarem as condições de trabalho ou manter suas famílias. As negociações mostram que de um lado encontramos duas ou mais pessoas dialogando tensamente, tendo cada uma em seu lado os anseios, expectativas e interpretações pessoais com vistas aos objetivos colocados à mesa e as pressões sociais de outro, que impunham regras a esse jogo.

As negociações não deixam de lado a violência, que estava sempre presente na escravidão como um processo, que tinham etapas, níveis e dimensões variadas, intercambiáveis. Nos dizem, nesse sentido, que:

Fazendo alianças com libertos, crioulos e mesmo brancos, ou procurando esconder-se atrás das costas largas de seus senhores, os escravos afirmavam seu direito de tocar, dançar, cantar e brincar em homenagem a seus deuses, sem a intromissão da polícia. Poucas instituições negras desenvolveram e aperfeiçoaram como o candomblé a sabedoria da negociação escrava (REIS; SILVA, 1989, p. 9).

Interessa frisar aí que a negociação era um elemento chave do escravismo, ou seja, uma rede de sociabilidade, que só existia quando colocada em execução pelas pessoas, passando pela mediação das experiências delas em cenários diversos, indeterminados. A interdependência entre o social e o individual fica, portanto, evidente nesses cenários. Reis e Silva dizem, ainda, que quando a negociação falhava ou nem mesmo chegava a acontecer por causa da intransigência senhorial, ou pela impaciência dos escravos, as rupturas aconteciam com os abusos físicos de um lado ou fugas de outro.

Um ponto a ser adequadamente explorado como apontam é que qualquer indício que revele a capacidade dos escravos em conquistar espaços ou ampliá-los, a partir de seus interesses, deve ser valorizado nas fontes pesquisadas pelos historiadores (REIS; SILVA, 1989, p. 15). Essa postura historiográfica fundamentou, portanto, as etapas das interações presentes no complexo da resistência escrava, incluindo no meio delas mais do que as lutas de classe propriamente ditas. Uma leitura menos atenta poderia apontar que essas introduções são devedoras unicamente das recepções da obra de E. P. Thompson no Brasil, mas não é bem assim. Citam Eugene Genovese, mas a questão das negociações e alhures é fruto de uma forte leitura ancorada em vasta pesquisa sobre a escravidão brasileira, ou seja, aprenderam a lidar com termos para explicarem a desenvoltura dos escravos, suas malícias, jogo de cintura, enfim:

Na escravidão nunca se vivia uma paz verdadeira, o cotidiano significava uma espécie de guerra não convencional. Nessa guerra, tanto escravos quanto senhores buscavam ocupar posições de força a partir das quais pudessem ganhar com mais facilidade suas pequenas batalhas. É óbvio que os senhores e seus agentes detinham uma enorme vantagem inicial, baseada no acesso a poderosos recursos materiais, sociais, militares e simbólicos. Por isso os escravos tiveram de enfrenta-

los com inteligência e criatividade. Eles desenvolveram uma fina malícia pessoal, uma desconcertante ousadia cultural, uma visão de mundo aberta ao novo (REIS; SILVA, 1989, pp. 32-33).

Como dizem, o novo também irrompeu em grandes rebeliões, para além dessas resistências cotidianas, nem sempre com o objetivo de subverter a ordem escravista, mas com vistas a melhorar determinados aspectos de suas vidas. Enfatizam que tanto em um caso quanto noutro, não foram ineficazes e nem atos desesperados. Em relação ao que estamos propondo investigar, a passagem esclarece a racionalidade presente na individualidade e as relações intrínsecas com as redes de sociabilidade, ou seja, a negociação aprofunda essas análises que deixam claro a interconexão entre social e individual (um não existe sem o outro mais uma vez).

Apesar dessa postura não ser devedora direta de E.P. Thompson, mas das pesquisas que elaboraram, o historiógrafo inglês não está de todo ausente, muito pelo contrário. Suas observações a respeito da experiência como um patrimônio individual, que articula interpretações e ação social é fundamental como bem apontou em *Senhores e caçadores*. Nos diz que ela é fruto das vidas de pessoas, mas que só existe em relação, acionada nesses processos que ligam indivíduos e sociedade. Para estudá-las, elaborou aquilo que chama de experimento historiográfico, ou seja, escreveu, antes de tudo, um teste para falar das experiências de humildes moradores das florestas na Inglaterra do século XVIII.

Esse experimento seguiu essas experiências através das suas evidências em fontes contemporâneas, fugindo assim de qualquer descrição secundária e encarando aquela sociedade inglesa a partir de baixo. Como se trata de um experimento de escrita, sabe que seu texto não está isento de preconceitos e pressupostos, porque nos seus capítulos finais já tratava os nobres ingleses com um certo azedume, os vendo, talvez, “de forma muito semelhante à qual viamos, em sua época, William Shorter, o agricultor de Berkshire, ou John Huntridge, o estalajedeiro de Richmond” (THOMPSON, 1987, p. 16-17).

O desenvolvimento dos argumentos de Thompson vai questionar os bastiões do marxismo, ao encarar a classe operária inglesa não como um resultado da Revolução Industrial mas dotada de uma historicidade própria e sendo uma das partes fundamentais desse contexto mais global. A contribuição de Reis somente amplia essas questões teóricas ao colocar a experiência noutro

patamar – para dar conta do escravismo brasileiro – e introduzir as redes de sociabilidade nas problematizações dos historiadores. Ou, como ele mesmo diz, de que é possível com as histórias pessoais de indivíduos que experimentaram a escravidão (e daqueles que a superaram) entender o processo histórico que constituiu o mundo moderno e, em particular, as sociedades plantadas que dele brotaram (REIS, 2008, p. 315).

Três horas ou muitos anos.

Existem redes de sociabilidade feitas por pessoas cujos poderes são capazes de alterar poucas vidas ou espaços restritos, mas há aquelas que vão se generalizando, abrindo campos para indivíduos que modificam inclusive estruturas maiores de uma sociedade. Como vimos o local e o geral não se dissociam, estando sempre em relação e tais observações a respeito das experiências e redes de sociabilidade podem ser direcionadas, também, para o trato temporal que João José Reis dá em seus textos, sobretudo no *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835* (REIS, 2012).

Nessa obra o autor estuda um evento que durou cerca de três horas e tomou Salvador com uma rebelião promovida por escravos e libertos entre 24 e 25 de janeiro de 1835. Monta, a partir de então, uma narrativa que vai do tempo curto, efêmero desse acontecimento, para as questões mais gerais daquele momento do século XIX, tanto que as repercussões se noticiaram na Europa, Estados Unidos e África. Isso sem falar na extensa devassa que os senhores de escravos fizeram depois do levante, mapeando a vida de rebeldes ou não. (REIS, 2012, pp. 9-10). A narrativa demonstra que não há uma diferença de importância entre os tempos de poucas horas e aqueles de muitos anos, porque, nesse caso também, uns não existem sem os outros.

Quantas outras horas e dias antecederam esse levante? Qual a quantidade de reuniões, contextos e experiências adentram nesses minutos intensos? E as vidas alteradas por eles ou os traumas causados pelas repressões que duraram anos? Essas e outras perguntas que articulam as relações de tempos vividos se avolumam e respostas que usam o sentido infinitivo para elas se mostram, de saída, fraturadas, porque requerem uma responsabilidade sempre aberta. O

liberto Alexandre, por exemplo, foi condenado a vinte anos de prisão, mas sequer provaram que ele usasse roupas Malês. Sua punição fazia parte de uma diversidade de penas que visavam servir de exemplo para que outros rebeldes não tomassem iniciativas similares (REIS, 2012, p. 453).

Reis apresenta esse caso e tantos outros demonstrando o vai e vem entre os tempos, suas durações e impactos. Quais os traumas de uma prisão tão longa para alguém em flagrante isenção de culpa? Nosso historiador cria, assim, muitos problemas, mas que possuem ao menos algumas bases, sendo uma delas a de que valoriza a imbricação entre os tempos das experiências e os sociais. Essa perspectiva teórico-metodológica a respeito dessa indeterminação das temporalidades também aparece em Sidney Chalhoub que nos informa que haviam uma migração forçada de escravos no país ao longo de parte do século XIX. Ou seja, trata-se de um grande evento cujo tempo social era extenso demais, mas que só poderia ser compreendido na medida em que

o que ocorria era a desestabilização das condições de cativeiro de grupos e indivíduos havia muito inseridos em práticas de dominação específicas, no interior das quais haviam obtido – por negociação, na astúcia ou na marra – direitos costumeiros que impunham certos limites ao exercício de poder senhorial (CHALHOUB, 2012, p. 259).

Tanto em Reis quanto em Chalhoub a explicação de um evento genérico, como no caso a venda interna de escravos pelos interiores do Brasil, só é compreendido se houver demonstrações pormenorizadas de como funcionavam e, principalmente, como os indivíduos se portam nesse funcionamento. Esquemas cujas explicações históricas apresentam circuitos fechados como as bases econômicas que determinam as superestruturas políticas e culturais certamente não apetezem a nenhum dos dois. Os tempos multifásicos e dotados de múltiplas velocidades foram discutidos exaustivamente, mas não de maneira conclusiva, pela Escola dos Annales. Pode-se mesmo dizer que Bloch, Febvre e Braudel não conseguiram cumprir algumas promessas de sepultamento da Escola Histórica Alemã, tendo em vista que os fantasmas de uma temporalidade factual unicista aqui e ali retornam quando a história social tenta ultrapassar algumas fronteiras (CHALHOUB, 2001, p. 39).

Reis demonstra que a rebelião dos Malês em 1835 teve repercussão imediata no Brasil Império em cenários político e cultural, tanto que revolta

escrava passou a ser nomeada como ‘malesada’. Além disso, França e, principalmente, Estados Unidos e Inglaterra acompanhavam de perto o acontecido e seus desdobramentos. Não passou despercebido ao autor que uma fragata americana, chamada *Erie*, estava ancorada no porto de Salvador e desembarcou seus soldados para proteger os cidadãos ingleses e estadunidenses que aí residiam no dia do levante. Mais adiante, quando as autoridades imperiais resolveram deportar algumas lideranças dos combates, tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos oferecem a Libéria e Trinidad para recebê-los (REIS, 2012, pp. 509; 423; 484).

Esse e outros exemplos textuais poderiam ser levantados para a discussão temporal que o autor faz, deixando claro que não há entre os tempos mais curtos e aqueles mais longos (e toda a série de temporalidades que cabem nesses espaços) uma cadeia de determinação cuja via tem uma única mão ou que há entre eles um superior ao outro. Apesar dos *Annales* não terem superado os debates que propuseram (aliás, qual escola fez isso?), Fernand Braudel continua sendo um referencial no que diz respeito ao seu legado elegante sobre as temporalidades.

Ele nos fala, basicamente, que existem um tempo cotidiano, efêmero, que não deixa de ser uma explosão superficial de eventos gestados em duas outras máquinas. A primeira delas é aquele tempo estrutural, de anos ou décadas, onde os movimentos econômicos e sociais vão alterando preços, regras de governo, etc. Na base situa-se aquela que é o organismo fabril dessa estruturação toda, o tempo da Longa Duração. Ele é o regente maior, aquele que direciona os caminhos da estrutura e cotidiano.

O arcabouço de Fernand Braudel é sugestivamente sedutor, tendo em vista que dá conta de todos os tempos possíveis pela humanidade. Sua estrada, desta feita, tem apenas um rumo, isso porque sua adjetivação a respeito do cotidiano é pesada e, ao mesmo tempo, exemplar sobre as questões teóricas determinantes, já que para ele “o evento é explosivo, ‘novidade sonante’, como se dizia no século XVI. Com sua fumaça excessiva, enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama” (BRAUDEL, 2013, p. 45).

Seu tempo tripartido é por demais debatido entre os historiadores, desencavamos aqui, contudo, o caráter central que dá ao tempo longo, estrutural,

em detrimento do particular, que é só um barulho momentâneo, sem qualquer duração. Como diz, é uma série de “mediócrs acidentes da vida ordinária”, ou seja,

O passado é essa massa de fatos miúdos, uns brilhantes, outros obscuros e indefinidamente repetidos, esses mesmos fatos que constituem, na atualidade, o despojo cotidiano da micro-sociologia ou sociometria (há também uma micro-história). Mas essa massa não forma toda a realidade, toda espessura da história sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar a vontade (BRAUDEL, 2013, p. 46).

Da passagem, podemos concordar com a última frase, porque de fato o tempo curto não é toda realidade passada, mas uma parte dela. O problema é sua hierarquização, que como estamos vendo com Reis e os seus, não se verifica na prática de pesquisa (bom, não se verifica se não costurarmos uma teoria por cima das experiências, mas isso é assunto para a próxima seção). É inegável, contudo, que a contribuição de Braudel para a historiografia foi fundamental, porque a partir dele pode-se imaginar historicamente outras temporalidades, durações, dimensões e determinações. Como virou moda na teoria do conhecimento, podemos pensar com Braudel contra Braudel, assim como fazem com Honneth contra Honneth e a favor de Jürgen Habermas (DUTRA, 2017). Reis não é um braudeliano obviamente, mas as multiplicidades de seu tempo são oriundas dessas aberturas metodológicas feitas pelo francês.

Seu *Rebelião escrava* é ele mesmo o resultado dessas perspectivas, porque cozinhou uma série de incorporações e confrontos de debates, supressões de interpretações e, em última instância, um processo criterioso de leitura e releitura de fontes, que pesquisou por mais de duas décadas. O passado vivido por aqueles que executaram a revolta dos Malês e que foram por ela afetados está localizado naqueles anos do século XIX, mas suas interpretações presentes são moventes, comprometidas com os vários ambientes intelectuais, sociais e de pesquisa por quais Reis passou. Esse livro é ele mesmo um registro de como o autor lida com os tempos, por que cada uma de suas edições têm importância determinada e nenhuma delas é superior a outra (REIS, 2012, pp. 9-14).

Isso não implica em uma postura relativista, porque jamais esquece de expor quem tinha o chicote nas mãos, como os escravos eram punidos e quais os alcances dessa repressão. Após o levante Malê, o clima de medo incentivou a fúria

punitiva dos vencedores, porque “humilhações, espancamento e frequentes assassinatos atingiram de forma indiscriminada africanos pacíficos e inocentes” de tal modo que até mesmo o chefe de polícia de Salvador, Francisco Gonçalves Martins, expressava preocupação quanto a isso (REIS, 2012, p. 423). Em alguns casos, as batidas policiais prendiam todo mundo das residências, levando a rodo grávidas e crianças:

Foi o que aconteceu na casa de Belchior e Gaspar da Silva Cunha. Além deles, foram aí presos suas mulheres Agostinha e Teresa, José, escravo de Gaspar, e Marcelina, escrava que tinha um quarto alugado de Belchior. Já no sobrado de dois andares da ladeira da Palma, n. 9, a patrulha deteve catorze pessoas, inclusive quatro crianças e suas mães, uma delas, Felicidade, grávida de alguns meses (REIS, 2012, p. 431).

Assim, o fato de Reis não delimitar um centro determinante nas suas análises não quer dizer que abandona uma certa intenção de falar a verdade. Não daquela verdade cartesiana arcaica, mas algo mais tênue, difuso, que produz um conhecimento verdadeiro, válido sobre o passado. Parafraseando Carlo Ginzburg, sobre esse ponto podemos dizer que ele coloca suas hipóteses e dúvidas das suas pesquisas como elementos centrais das análises resultantes, assim a verdade é parte desse processo e, “necessariamente incompleta” (GINZBURG, 2007, p. 265). Esse é um conjunto de interpretações que articulam noções de ética com as lógicas historiográficas, que são parte dessas releituras dos tempos, pesquisas e escritas como bem alertou Roger Chartier (CHARTIER, 2002, pp. 115-116).

Definições a respeito do tempo podem, assim, serem amplas como podemos ler a partir daquilo que Reis coloca sobre a rebelião dos Malês em Salvador no século XIX. O grande problema seria pensar como sempre manter elas dentro de parâmetros indeterminados mas, ao mesmo tempo, longe do relativismo. Reafirmar que os contextos cotidianos são tão importantes quanto aqueles mais longos não é a mesma coisa de confirmar um historicismo descompromissado.

A classe dos escravos.

Como João José Reis não faz diferenciação de qualidade entre experiências individuais e relações sociais coletivas, tempos curtos e longos e assim por diante,

não vê problema algum em lidar com os escravos como classe social. Ele e Eduardo Silva argumentam que enquanto estrutura a classe pode ser definida como a posição comum que se assume no interior das relações sociais de produção e, nesses termos, não seria necessário muito esforço para concluir que os escravos no Brasil se enquadram nesse conjunto.

Mas havia uma questão nessa classe, porque os escravos mais negociavam do que lutaram abertamente. Trata-se, como chamam, de um “heroísmo prosaico de cada dia”, isso porque mesmo levando chicotadas, tendo suas famílias esfaceladas, os escravos viviam seu dia a dia e poucos deles assassinaram seus senhores ou tomaram alguma parte em rebeliões. A resistência tinha muito a ver com a criatividade, sorte e muita estratégia para minimizar o sofrimento de uma condição tão dura de vida (REIS; SILVA, 1989, pp. 14; 104).

A resistência dependia dessa tomada de posição, que é fruto das leituras que as pessoas faziam das suas condições de escravo, então em nome da defesa de suas vidas, combatiam do jeito que era possível. Determinavam o meio em que viviam, mas eram por ele limitados. Ainda assim, foram eles que protagonizaram aquela que é considerada a primeira greve brasileira, a paralisação dos ganhadores urbanos de Salvador em 1857 e que está narrada no *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. Nessa paralisação de aproximadamente dez dias, os ganhadores montaram o esquema geral que seria uma regra a ser seguida por outros trabalhadores pelos brasis nos anos, décadas e séculos seguintes: tinham uma pauta de negociação com vistas a minimizar impactos legais e práticos que afetavam as condições dos seus trabalhos, pararam seus ofícios de maneira pacífica e retornaram suas atividades após negociações tensas onde perderam e ganharam (REIS, 2019, pp. 15-18).

A greve de 1857 não tinha um sindicato ou outra instituição política por trás, ou seja, era um movimento feito por trabalhadores sem vínculos formalizados. Para falar desse contexto, Reis fugiu, assim como fez Chalhoub, do esquema arcaico que via a classe somente a partir desses movimentos organizados, cujo modelo era dado pelo desenvolvimento de uma consciência organicista (CHALHOUB, 2001, p. v.). As resistências difusas, organizadas pelos trabalhadores das mais diversas origens de fato davam de ombros para instituições políticas formais. Eram simplesmente executadas sem elas e o olhar

da historiografia para esse tipo de confrontos se amplia como bem demonstra Peter Linebaugh e Marcus Rediker. Ambos estudaram conjuntamente como marinheiros, escravos e plebeus montaram uma verdadeira rebelião atlântica a bordo dos navios que singravam esse mar entre os séculos XVII e XVIII. Acontece que essa hidrarquia – como chamam essas lutas, foi

Derrotada nos anos 1720, a hidra decapitada. Mas ela não morreria. A tradição volátil e serpentina do radicalismo marítimo reapareceria sistematicamente nas décadas seguintes, arrastando-se como cobra calmamente na coberta, passando pelas docas rumo a terra firme, aguardando o momento, e levantando as cabeças inesperadamente em motins, greves, tumultos, insurreições urbanas, revoltas de escravos e revoluções (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 186).

Esses historiadores percebem que a classe existe, também, para além das vitórias. É possível que Reis, Linebaugh e Rediker concordem que esses trabalhadores dos mares e os escravos baianos formam uma classe mesmo nas derrotas, isso porque ela se faz nos confrontos cotidianos, ou seja, é uma operação contextual. Alguns elementos gerais, porém, podem caracterizar a classe trabalhadora no século XIX e, para tanto, o velho Eric Hobsbawm ainda tem algo a dizer sobre isso.

Ele entendia que: a) no velho mundo a classe média acreditava que os trabalhadores deveriam ser pobres porque a pobreza era um índice adequado para a inferioridade de suas condições; b) que o trabalhador estava numa distância mínima do miserável e essa insegurança era constante em seu cotidiano; c) de maneira geral os trabalhadores gostavam de trabalhar, oferecendo ainda uma solução para o controle de seus empregadores, porque mesmo quando se rebelavam suas expectativas eram espantosamente modestas (HOBSBAWM, 1996, pp. 304; 308; 309).

Descontados alguns elementos, as observações de Hobsbawm podem ser traduzidas para analisar os escravos como classe no Brasil, sobretudo na questão renda, organização laboral e nas suas expectativas que motivavam alguns levantes. Esses elementos ampliam o que se aborda na medida em que subsidia mais a questão da classe ser entendida como uma tomada de posição comum, dependente das leituras contextuais que as pessoas fazem de seu mundo e de que maneira elas vão se globalizando quando se aliam com outras. Reis demonstra que o universo simbólico africano foi sendo renovado e atualizado na Bahia do

oitocentos, principalmente nas conexões que existiam com as experiências de trabalho dos escravos e libertos. O tempo do senhor não era absoluto e o tempo do escravo, como a hora do seu sono e lazeres, não foram os únicos momentos de expressão das suas culturas (REIS, 2019, p. 72). Dessa forma, os escravos ganhadores conseguiam organizar seu tempo de trabalho controlando seu ritmo e volume, isso porque recebia por tarefa realizada e não por cumprimento de jornada. Mas, “não se tratava de trabalho pouco, nem mole. Era trabalho duro, estafante – ‘trabalho de negro’, como se dizia, pois branco não o fazia, e mesmo o crioulo nativo parecia recusar” (REIS, 2019, pp. 74-75).

No que diz respeito a greve de 1857, as expectativas espantosamente modestas de que fala Hobsbawm aparecem de maneira mais acentuada, porque depois de alguns dias parados os grevistas retomaram seus trabalhos após alguns deles terem suas matrículas registradas pelos senhores e, sobretudo, porque a Câmara Municipal derrubou, em 09 de junho, a legislação que os afetava (REIS, 2019, p. 191). Essa lei tinha sido aprovada em março e pressupunha que na matrícula, os ganhadores deveriam apresentar um fiador que se responsabilizasse por eles. Reformada, passou a exigir apenas um certificado de abonação por autoridade competente ou pessoa reconhecidamente idônea. Apesar disso, Reis fala que

Não parece grande mudança, mas era. No primeiro caso exigia-se que um homem (sempre um homem) livre e presumivelmente branco se responsabilizasse pela conduta futura do liberto, nos mesmos moldes que um senhor, em princípio, respondia pela do seu escravo. Isso implicava a criação ou o reforço de um laço de dependência talvez insuportável, no mínimo desconfortável, para o liberto, sem contar que não seria fácil encontrar alguém disposto a arriscar um tal compromisso (REIS, 2019, p. 201).

Uma pequena frase localizada em um regulamento, por mais simples que parecesse, continha um significado imperativo muito complicado, tendo em vista que vinculava os ganhadores a uma condição de vigilância ainda maior do que aquela que estavam submetidos. A greve, apesar dos recuos, atingiu seu objetivo e eles puderam voltar a trabalhar, carregando Salvador nas costas de novo. Essa pequena modificação é fruto de todos esses elementos, dados e termos que articulam negociação, resistência e classe como relação dependente dessas tomadas de posição. Os ganhadores leram a lei e as condições de seus trabalhos,

se organizaram em uma greve e, após essa pequena vitória, retomaram suas atividades.

Os ganhadores eram mais ou menos livres. Negociavam com seus senhores a compra dos seus tempos de trabalho, ou seja, literalmente pagavam uma quantia semanal a partir do que ganhassem. Se não conseguissem, pagavam com serviço, o que geralmente faziam até morrer. Reis dá como exemplo desses contratos o que fora assinado entre João Gregório e sua senhora. Ele foi posto em liberdade, mas só poderia desfrutar da mesma plenamente após a morte dela. Até lá, vivia sobre si, fora da casa senhorial, mas deveria pagar ‘a semana’ para D. Cipriana. Sem falar que alguns libertos propriamente ditos também se ajuntavam com escravos nessas condições junto aos cantos de ganhadores, verdadeiros nichos culturais e de sociabilidade onde vendiam seus serviços, jogavam nas horas de lazer e até faziam caixas de crédito (REIS, 2019, pp. 43; 86).

Resistências, greves, negociação a respeito de condições de trabalho, enfim, os ganhadores formavam uma classe social mediante as posições comuns que assumiam dentro das relações que construíam. Sobre esse assunto Chalhoub nos fornece a chave metodológica ao explicar que a classe é acessível ao historiador quando se estuda as questões comuns, repetitivas e experimentadas pelos indivíduos que assumem isso (CHALHOUB, 2001, p. 55).

No prefácio famoso do *A formação da classe operária inglesa* (ou melhor, *fazer-se da classe operária inglesa*, para ficarmos mais próximos do título original em inglês), de E. P. Thompson, está descrito que a classe, de imediato, não é uma estrutura que existe por si da mesma forma que o sol na natureza. Ela existe, outrossim, como uma relação, tendo em vista que estava presente em seu fazer-se, ou seja, ocorre efetivamente nas relações humanas, podendo, inclusive, ser demonstrada (THOMPSON, 1987a, p. 9). Obviamente que essas relações são moventes e congregam em seus interiores as experiências dos trabalhadores. Elas são estruturadas, logo

La structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem de qualquer definição estreita de determinação (THOMPSON, 1987a, p. 189).

No cotidiano as lógicas históricas das relações que constituem uma classe se espriam, elaborando pelo caminho uma série de redes relacionais que vão dando corpo a ela. A estruturação vem a ser um trabalho nessa área, mas Reis ainda tem algumas outras preferências e críticas teóricas a esse respeito. Salvo apenas a primazia de qualidade determinante da estrutura, que ainda domina segundo Thompson, ele adere no geral a essas ideias, sobretudo na ênfase relacional da classe. Há, porém, duas cartas nas suas mangas, muito bem guardadas e que revelam a presença de Marshall Sahlins e Michel Foucault. Elas aparecem em breves notas, que ilustram discussões amplas dentro do texto. O primeiro é utilizado para explicar que os escravos, ladeados pelos libertos, não suspendiam a elaboração dos seus significados culturais durante a geração de bens e serviços. Foucault, por sua vez, é citado nominalmente quando fala que os africanos vinham de um mundo onde as escarificações, o uso de objetos, adornos e até mesmo penteados informavam sua posição social, assim eles mergulhavam seus corpos no campo político (REIS, 2019, pp. 72; 184).

Em Foucault e nos que ainda o esperam, como Sahlins, a estrutura continua com seu caráter determinante, principalmente no campo da imposição discursiva e seus significados. Como bem lembrou Fernando Nicolazzi, o caráter dessa determinação tem um conjunto relacional, mas nelas o homem não é soberano e sim “apenas uma posição diante deles, a qual tem duração bastante restrita, como os próprios discursos” (NICOLAZZI, 2008, pp. 107-108).

Apesar de Reis não qualificar uma via determinante nas formações da classe escrava no Brasil do XIX, seus referenciais ainda entendem que *La Structure* domina, mesmo que de forma passageira. As vezes ele expressa sua impaciência com esses autores, como fez com Eugene Genovese, “que não entende certos comportamentos dos escravos como resistência, eu sim” (REIS, 2019, p. 386). Essa rejeição impaciente com a dominância da estrutura tem um fundamento, porque confronta-se com aquela inquietante questão das leis determinantes da história. Isso fica evidente quando debateu com Paul Lovejoy em 2015.

Nas páginas da revista Topoi, Reis demonstrou que as informações dele e Hobsbawm a respeito da rebelião dos Malês foram extraídas de Arthur Ramos, sendo que as interpretações desse pesquisador eram devedoras de Nina

Rodrigues. Elas divulgam a noção de que as insurreições na Bahia do XIX, promovidas pelos escravos, eram nada mais do que a continuação de longas e repetidas lutas religiosas levadas a cabo por negros islamizados no Sudão. Isso indicava que a tese geral de Lovejoy não era uma novidade e que o imperativo estrutural de longa duração de Ramos caía no seu gosto muito adequadamente (REIS, 2015, p. 375). Mas Lovejoy não se dá por vencido. Sua noção de jihad islâmica como essa estrutura é defendida a todo preço, mesmo que este não seja ancorado num debate acadêmico adequado (LOVEJOY, 2015, pp. 390-391)⁵. Mais uma vez nos deparamos, assim, com nosso historiógrafo insistindo na indeterminação e no caráter aberto que dá aos termos que coloca em execução para explicar as realidades sociais, no caso, essa classe dinâmica dos escravos.

Considerações finais.

A partir dessas leituras de João José Reis podemos dizer que um historiador pode – e deve – elaborar generalizações, pesquisar grandes temas que abarcam um arco temporal ou espacial mais largo. Ao elaborar essa escolha, estará fazendo uma delimitação e tendo em mente que a ausência do particular em seu texto não pressupõe uma baseada na suposta superioridade da história global. Da mesma forma que os estudos microanalíticos, ancorados em eventos que duram poucas horas, devem ser escolhidos como um recorte que sempre deverá deixar em aberto as possibilidades de exploração em outras temporalidades com durações mais demoradas.

Tais observações valem, portanto, para os demais temas, recortes, métodos, enfim, trabalhos historiográficos que vão lidar, em algum momento, com as experiências individuais e redes de sociabilidade, vidas particulares e grupos sociais. João José Reis permite entendermos a interdependência entre essas esferas das múltiplas dimensões da sociedade e cultura de uma época, abrindo uma porta de fuga das arcaicas determinações unidimensionais.

⁵ Afora essas questões de fundo teórico, Lovejoy força sua suposta autoridade de autor vinculado aos centros de saber dos países centrais, porque distorce o que Reis escreveu, inventa coisas e sequer se dá ao trabalho de traduzir o português ácido de nosso historiador. Lovejoy faz questão, nesse sentido, de afirmar que seu conhecimento a respeito da estrutura da jihad vai ser publicado e chancelado por uma universidade norte americana, o que por si garantiria o poder lógico e verdadeiro de seus argumentos (REIS, 2015, p. 376; LOVEJOY, 2015, pp. 390-391).

Essa porta permite, também, que pensemos uma relativização quanto ao caráter engessado da noção de estrutura para se falar de classe social. Os escravos e em certa medida os libertos, na Salvador do XIX, ensinaram a Reis que a persistência de suas ações em negociar, grevar, exigir melhores condições de trabalho, aquele querer em bater tambor nos candomblés e etc, são, sim, ações de indivíduos sempre em execução nas feitura da classe. São elas, com suas intencionalidades, que não deixam as pessoas serem apenas expectadoras em meio as determinações sociais. Como Reis soube traduzir isso tão bem ao longo de seu labor, virou referência para a historiografia como um todo.

Referências.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravismo e dinâmica da população escrava nas américas. In: Revista **Estudos Econômicos**, Universidade de São Paulo, pp. 41-53 vol. 13, n. 01, jan/abr. 1983.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DUTRA, Delamar José Volpato. Com Honneth contra Honneth a favor de Habermas. In: Revista **Veritas**, Porto Alegre, vol. 62, n. 1, jan./abr. 2017, pp. 130-168.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBSBAWN, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KLEIN, Daniel da Silva. Carlo Ginzburg, Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: leitores da psicologia. In: **Boletim Historiar**, Aracajú, vol. 06, n. 02, abr./jun. 2019, pp. 18-29.
- LARA, Silvia Hunold. **Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos**. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos

(Orgs). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOVEJOY, Paul E. Jihad, “Era das Revoluções” e história atlântica: desafiando a interpretação de Reis da história brasileira. In: Revista **Topoi**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 30, pp. 390-395, jan./jun. 2015.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In: Revista **Anos 90**, Porto Alegre, vol. 11, n. 19/20, pp. 101-138, jan./dez. 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Resposta a Paul Lovejoy. In: Revista **Topoi**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 30, pp. 374-389, jan./jun. 2015.

_____. Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista. In: Revista **Afro-Ásia**, Salvador, n. 34, pp. 237-313, 2006.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. In: Revista **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, pp. 199-242, 2000.

_____. A greve negra de 1857 na Bahia. In: **Revista Usp**, São Paulo, n. 18, pp. 8-29, 1993.

_____. Slave resistance in Brazil: Bahia, 1807-1835. In: **Luso-Brazilian Review**, Madison, vol. 25, n. 1, pp. 111-144, 1988.

_____. O levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política. In: Revista **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 17, n. especial, pp. 131-149, 1987.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX.** Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

_____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 17, n. 02, pp. 217-227, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. I Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Petrópolis:
Vozes, 1981.

Recebido em Maio de 2020
Aprovado em Novembro de 2020

DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11493>